Novo Governo toma posse Terça-feira e reúne a seguir

Vai ser nomeada uma equipa para coordenar a saúde pública

O Presidente indigitado do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, admitiu ontem que o novo executivo terá "muitas dificuldades" pela frente, mas disse que estará preparado para as "ultrapassar com sucesso".

"Temos muitos problemas para resolver. Temos muitas dificuldades que surgem dos tempos que vivemos, uns da responsabilidade puramente regional, tendo em conta legados, outros da influência nacional, internacional, global e também, finalmente, o contexto pandémico que nos dá muitos constrangimentos. A governação está preparada para podermos, de forma progressiva, fazer face a estas dificuldades e ultrapassar com sucesso os impedimentos que hoje existem e que queremos que amanhã sejam transformados em oportunidades", avançou.

José Manuel Bolieiro, líder do PSD/Açores, falava, em declarações aos jornalistas, em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, à margem de uma audiência com o representante da República para os Açores, Pedro Catarino, em que entregou um documento com a composição do XIII Governo Regional dos Açores, como prevê o Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Questionado sobre a dimensão do executivo, o presidente indigitado disse que "este é um governo não acomodatício, mas sim transformativo", alegando que sinaliza "a eficiência e eficácia da ação governativa".

"Não é essa a expectativa da decisão do povo e, por isso, também quis corresponder à boa interpretação que fizemos da vontade do povo: não nos acomodarmos, mas sermos transformistas, isto é, podermos fazer a transformação da governação e definir bem as prioridades", apontou.

Segundo José Manuel Bolieiro, a orgânica do XIII Governo Regional demonstra "prioridades claras" para as áreas da Educação e da Saúde, mas também para a "regularização das contas", a "modernidade", a "sustentabilidade ambiental", a "transformação digital" e a "juventude".

"A orgânica representa muito bem esta ideia de transformação e será feita com a quantidade necessária, nada da mais, nada a menos", frisou.

Quanto ao combate à pandemia de Covid-19, disse que o executivo vai nomear, para já, o director regional da Saúde como responsável máximo da Autoridade de Saúde Regional, mas garantiu que o objectivo no futuro é criar uma Autoridade de Saúde Regional "independente, autónoma e altamente profissionalizada e científica".

"Temos de ter uma preocupação de responsabilidade com o que é imediato e não pode ser adiado. Por isso não se compatibiliza com ideias de transformação agora que só demorariam e atrasariam medidas que são urgentes, necessárias e emergentes", salientou.

Na primeira reunião do Conselho de Governo, na terça-feira após aposse, além da nomeação do director regional da Saúde como responsável máximo da Autoridade de Saúde Regional, o executivo açoriano vai também "nomear uma equipa de coordenador regional para a saúde pública com profissionais da matéria", revelou José Manuel Bolieiro.

Consumo das famílias açorianas ultrapassa os 3 mil milhões de euros

O Consumo Final das Famílias dos Açores é de 3201 milhões de euros em 2018, tendo aumentado cerca de 500 milhões de euros desde 2006, e apresentando em 2018 uma taxa de crescimento de 4,3%, superior à do PIB (3,7%).

O Serviço Regional de Estatística dos Açores divulgou ontem pela primeira vez o valor do Consumo Final Privado das Famílias da Região Autónoma dos Açores.

As estimativas agora divulgadas são o culminar de um projecto iniciado em 2018, do qual já havia resultado a publicação do Indicador do Consumo Privado das Famílias (ICP-Açores) desde Março de 2020.

O consumo de bens e serviços numa economia pode distinguir-se em consumo privado e consumo público, consoante o sujeito económico seja privado, como as famílias e as empresas privadas, ou seja público, como as instituições públicas. O consumo pode também distinguir-se em intermédio ou final, consoante tenha por intuito a produção de novos bens ou serviços ou se destine à satisfação directa das necessidades dos agentes, respectivamente.

O consumo das famílias pode assim ser intermédio ou final, privado ou público.

Além disso, pode ser efectuado dentro do território económico ou fora dele, por residentes ou por não residentes.

O consumo privado pode ser efectuado directamente pelas famílias ou por Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF).

O consumo público é atribuído às entidades públicas, embora se traduza efectivamente na disponibilização às famílias de serviços a preços reduzidos ou nulos, como serviços de saúde, educação ou cultura, entre outros.

O andamento do Consumo das Famílias no período entre 2006 e 2018 pode ser repartido grosso modo em três fases: uma fase de crescimento entre 2006 e 2010, uma fase de contracção entre 2011 e 2013, e uma fase de retoma e crescimento desde 2014.

Na totalidade do período o Consumo das Famílias cresceu cerca de 500 milhões de euros.

Quadro 1 – Consumo Final das Famílias Residentes nos Açores (milhões de euros)

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Valor	2694	2812	2946	2922	2964	2895	2777	2750	2761	2880	2962	3070	3201

O andamento do Consumo das Famílias ao longo do período considerado segue de perto o andamento do Produto Interno Bruto regional, conforme se pode verificar no Gráfico 1.
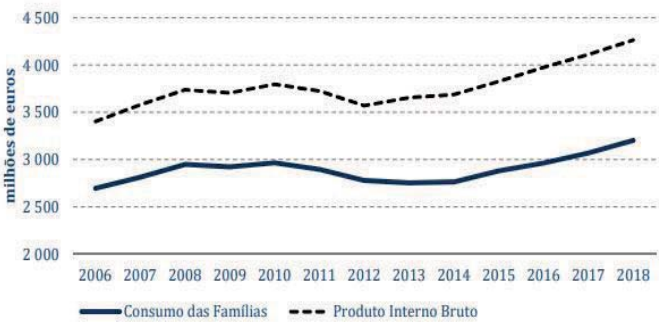
Gráfico 1 – PIB e Consumo Final das Famílias Residentes nos Açores